



ÁREAS PROTEGIDAS

AMÉRICA LATINA



AUDITORIA COORDENADA
SUMÁRIO EXECUTIVO

Ministro Aroldo Cedraz de Oliveira
Presidente do Tribunal de Contas da União
Presidente da OLACEFS

Dra. Patricia Arriagada Villouta
Controladora Geral da República do Chile
Secretária Executiva da OLACEFS

Membros do Conselho Diretivo
Tribunal de Contas da União – Presidência
Controladoria Geral da República do Chile – Sede e Secretaria Executiva
Auditoria Geral da Nação Argentina
Auditoria Superior da Federação do México
Controladoria Geral da República do Paraguai
Controladoria Geral da República de Peru



Lic. Oscar Rubén Velázquez Gadea
Controlador Geral da República do Paraguai
Presidente da COMTEMA



Parque Nacional Medanos de Coro, Venezuela. Rjcastillo. (CC BY-SA)

ÁREAS PROTEGIDAS

AMÉRICA LATINA

AUDITORIA COORDENADA
SUMÁRIO EXECUTIVO

COMTEMA - OLACEFS, 2015



Piquero camanay, Parque Nacional Galápagos, Ecuador. Ndecam. (CC - BY)

Os conceitos e opiniões emitidos em trabalhos doutrinários assinados são de inteira responsabilidade de seus autores.

Permite-se a reprodução desta publicação, em parte ou no todo, sem alteração do conteúdo, desde que citada a fonte e sem fins comerciais.

www.olacefs.com

A avaliação da auditoria coordenada nas Áreas Protegidas latino-americanas foi produzida por meio dos relatórios de auditoria e outras informações dos participantes do trabalho conjunto. Informações complementares podem ser obtidas nos seguintes endereços eletrônicos:

Argentina • www.agn.gov.ar

Bolivia • www.contraloria.gob.bo

Brasil • www.tcu.gov.br

Colombia • www.contraloria.gov.co

Costa Rica • www.cgr.go.cr

El Salvador • www.cortedecuentas.gob.sv

Ecuador • www.contraloria.gob.ec

Honduras • www.tsc.gob.hn

México • www.asf.gob.mx

Paraguay • www.contraloria.gov.py

Perú • www.contraloria.gob.pe

Venezuela • www.cgr.gob.ve

Fotos da capa

Parque Nacional Perito Moreno, Argentina. Anônimo. Domínio público.

Capivara, Brasil. Mohit Yadav. (Flickr - CC)

Santuário de Fauna y Flora Los Flamencos, Colômbia. Philipp Weigell. (CC - BY SA)

Victoria regia, Brasil. Freepik.

Organização Latino-americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores.

Áreas protegidas : América Latina : auditoria coordenada / Organização Latino-americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (OLACEFS), Comissão Técnica de Meio Ambiente (COMTEMA); Coordenação Tribunal de Contas da União, Contraloría General de la República de Paraguay. -- Brasília : Tribunal de Contas da União, 2015.

32 p. : il. color – (Sumário Executivo)

A auditoria coordenada em áreas protegidas resulta da colaboração entre o Tribunal de Contas da União (TCU/Brasil) e onze EFS da América Latina: Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Honduras, México, Paraguai, Peru e Venezuela.

1. Auditoria. 2. Área protegida (AP). 3. Governança ambiental. 4. Gestão ambiental I. Título. II. Séries.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Ministro Ruben Rosa

Apresentação



Caro leitor:

É com grande satisfação que apresentamos o resultado da auditoria coordenada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Controladoria Geral da República do Paraguai (CGR) nas áreas protegidas da América Latina.

Trata-se de trabalho conjunto realizado no âmbito da Comissão Técnica Especial do Meio Ambiente (Comtema) da Organização Latino-Americana e do Caribe de Instituições Fiscalizadoras Superiores (Olacefs), o qual contou com doze Entidades de Fiscalização Superior (EFS) dos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Honduras, México, Paraguai, Peru e Venezuela.

Nessa oportunidade, com o apoio dos membros das Entidades Fiscalizadoras e o esforço das equipes técnicas, foi possível avaliar, de forma padronizada, 1120 áreas protegidas, o que permitiu a elaboração de um diagnóstico inédito da política pública de conservação da biodiversidade na região.

Para analisar a governança das áreas protegidas, o TCU criou o Indimapa, método de Avaliação da Implementação e da Gestão de Áreas Protegidas. Essa ferramenta georreferenciada utiliza indicadores e índices, visualizados em mapas, que permitem classificar as áreas protegidas em três faixas: vermelho, amarelo e verde, correspondentes respectivamente ao nível baixo, médio e alto de implementação e de gestão.

Assim, a partir da auditoria coordenada, a sociedade e as Instituições de Controle poderão acompanhar a evolução na administração do patrimônio público ambiental representado pelas áreas protegidas.

Por fim, destaco que as Entidades de Fiscalização Superior, ao promoverem avaliações conjuntas, fomentam o cumprimento dos acordos internacionais e estimulam o aperfeiçoamento da governança ambiental em direção ao desenvolvimento sustentável.

Espero que tenham uma boa leitura!



**MINISTRO AROLDO
CEDRAZ DE OLIVEIRA**

Presidente do Tribunal de
Contas da União (TCU)

Presidente da OLACEFS

Sumário

5 Introdução

6 Auditoria coordenada

7 Áreas Protegidas

8 Resultados da auditoria coordenada

9 Avaliação da Meta 11 de Aichi

9 Aspecto quantitativo da Meta 11

11 Aspecto qualitativo da Meta 11

12 Indimapa

14 América Latina

16 Brasil

17 Costa Rica

18 Equador

19 El Salvador

20 Honduras

21 México

22 Paraguai

23 Venezuela

24 Argentina

25 Bolívia

26 Colômbia

27 Peru

28 Conclusão

30 Recomendações

30 Benefícios esperados

31 Agradecimentos

32 Participantes

Introdução



Áreas protegidas

Áreas protegidas (APs) são criadas em razão de características naturais relevantes, com limites geográficos definidos, e como resposta à necessidade de conservação da biodiversidade.

Essas áreas são reconhecidas pela Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (CDB) como estratégia mundial de conservação da biodiversidade. Nesse sentido, o compromisso internacional estabelece metas de proteção para áreas terrestres e marinhas que devem ser atingidas por meio da implementação de sistemas de áreas protegidas ecologicamente representativas e geridas de forma eficiente.

Além da conservação da diversidade biológica, estão previstos para as APs outros objetivos para o aproveitamento do potencial econômico e social desses territórios, o que requer a efetiva implementação e a boa gestão dessas áreas. Com essa perspectiva, a auditoria coordenada pelas EFS do Brasil (TCU) e do Paraguai (CGR) analisou se as áreas pro-

tegidas terrestres da América Latina dispõem das condições institucionais, normativas e operacionais necessárias para que alcancem os objetivos para os quais foram criadas.

Como resultado desse trabalho conjunto, foi possível avaliar, de forma padronizada, 1120 APs, obtendo um diagnóstico inédito do patrimônio público ambiental representado pelas áreas protegidas latino-americanas.

Desse modo, esta publicação consolida a avaliação realizada pelas 12 Entidades de Fiscalização Superior e traz as principais oportunidades de melhoria e fragilidades na governança da política pública de conservação da biodiversidade.

Auditoria coordenada

As auditorias coordenadas têm sido utilizadas pelas Entidades de Fiscalização Superior (EFS) como uma das ferramentas para contribuir na melhoria da gestão e da governança do setor público. Assim, as atividades coordenadas de fiscalização se apresentam como alternativa para induzir a melhoria das políticas públicas, em especial das questões ambientais que, por serem transversais e transfronteiriças, requerem a realização de trabalhos conjuntos envolvendo diferentes regiões e países. Nesse contexto surge a auditoria coordenada em áreas protegidas, fruto da parceria entre o Tribunal de Contas da

União (TCU) e onze EFS da América Latina: Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Honduras, México, Paraguai, Peru e Venezuela. Este trabalho foi realizado no âmbito da Comissão Técnica Especial de Meio Ambiente (Comtema) e teve o apoio da *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ)* e do Comitê de Criação de Capacidades (CCC) da Organização Latino-americana e do Caribe de Entidades de Fiscalização Superior (Olacefs).

Resultados

da auditoria coordenada

Avaliação da Meta 11 de Aichi

O trabalho conjunto teve como ponto de partida a avaliação do cumprimento, pelos governos nacionais, do acordo estabelecido pela Meta 11 de Aichi, no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica (CBD).

Dessa forma, além de verificar o alcance da meta estipulada no acordo internacional, também buscou-se uma análise sistêmica das áreas protegidas (APs) no contexto latino-americano.

Aspecto quantitativo da meta 11

A meta 11 de Aichi prevê, até 2020, objetivos quantitativos e qualitativos para os 193 países signatários da convenção. A parte quantitativa desse acordo define porcentagens de conservação para áreas protegidas, sendo em cada nação 17% para áreas continentais e 10% para marinhas.

De acordo com dados da lista de áreas protegidas das Nações Unidas, o percentual de cobertura alcançado em 2014 no mundo foi de 15,4% para áreas continentais e 8,4% para áreas marinhas nacionais.

Ao avaliar o aspecto quantitativo da meta 11, a auditoria coordenada nas áreas protegidas da América Latina encontrou valores próximos aos da ONU. O trabalho apontou que a média nos 12 países latino-americanos foi de 16,2% para a parte continental da meta.

A partir desses dados é possível verificar uma grande dispersão no percentual de áreas terrestres protegidas nos países que participaram da auditoria coordenada. No entanto, a maioria dos países, 8 em 12 (Brasil, Bolívia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Honduras, Paraguai e Venezuela), está em boa posição em relação ao alcance quantitativo da parte continental da meta 11 de Aichi.

Por outro lado, em relação à parte marinha, segundo os relatórios nacionais para a CDB, alguns países estão longe de atingir a meta acordada, a exemplo do Brasil que possui apenas 1,5% de áreas protegidas marinhas. Esse panorama indica a necessidade de um esforço maior dos governos nacionais no estabelecimento de áreas marinhas.



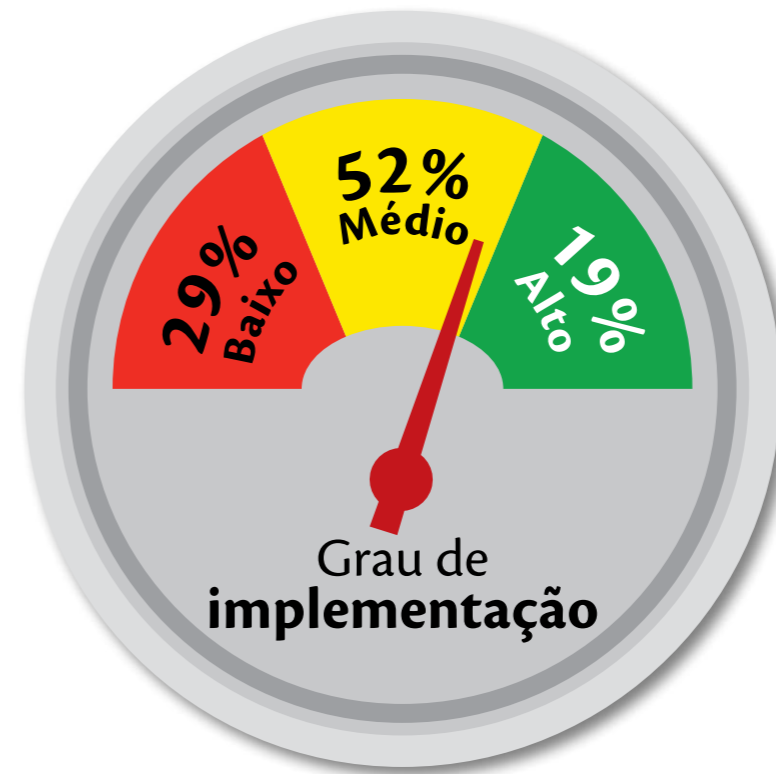
Avaliação da Meta 11 de Aichi

País	Território nacional (km ²)	Número de Áreas Protegidas	Áreas Protegidas terrestres (km ²)	Porcentagem de área terrestre protegida
Argentina	2.791.810	436	215.150	7,7%
Bolívia	1.098.581	130	255.666	23,3%
Brasil	8.515.767	1.966	1.460.918	17,2%
Colômbia	1.141.748	633	141.851	12,4%
Costa Rica	51.100	168	13.286	26,0%
El Salvador	21.041	72	5.260	25,0%
Equador	256.370	50	51.106	19,9%
Honduras	112.492	91	31.086	27,6%
México	1.964.375	176	206.681	10,5%
Paraguai	406.752	91	83.378	20,5%
Peru	1.285.216	79	185.506	14,4%
Venezuela	1.075.987	400	390.458	36,3%
Total	18.721.239	4.292	3.040.346	16,2%

Aspectos qualitativos da meta 11

No que se refere ao aspecto qualitativo da meta 11 de Aichi, o compromisso internacional prevê que as áreas protegidas devem ser geridas de maneira efetiva de forma a atingir os fins previstos para esses territórios. Assim, ganha relevância a boa gestão para o pleno alcance dos variados objetivos das áreas protegidas, em especial a conservação da biodiversidade.

Nesse sentido, o desafio para a auditoria coordenada foi encontrar um método de as 12 EFS analisarem qualitativamente a meta 11. Assim, a solução surgiu com a criação do Indimapa pelo TCU, produto que permitiu a avaliação padronizada da gestão das APs nos países da América Latina.



A avaliação das EFS por meio do Indimapa indica que quase 30% das 1120 APs (328 de 1120 AP) está no nível mais baixo de gestão, enquanto 19% desses territórios latino-americanos encontram-se no alto grau de implementação e gestão. Por fim, o resultado consolidado da avaliação demonstra que mais da metade das áreas protegidas apresenta um médio grau de implementação de gestão.

A forma pela qual foram obtidos esses resultados e a explicação do método utilizado (Indimapa) serão demonstradas a seguir.

Indimapa

O Indimapa é um instrumento criado para avaliar as áreas protegidas (APs) do continente latino-americano. A ferramenta utiliza índices e indicadores relativos à implementação e à gestão da APs, os quais, por meio de mapas georreferenciados, oferecem resultados para as 1120 áreas avaliadas.

O instrumento foi baseado em duas metodologias internacionalmente reconhecidas: *Rapid Assessment and Prioritization of Protected Areas Management (RAPPAM)* e *Management Effectiveness Tracking Tool (METT)*.

A aplicação do Indimapa permite a criação de gráficos de radar que forne-

cem uma visão multidimensional da avaliação realizada. Dessa forma, ao considerar até 13 indicadores para cada AP, o método traz dados individualizados que auxiliam na identificação de forças e fraquezas da gestão desses territórios.

Para cada aspecto de gestão, há um indicador cuja finalidade é demonstrar o alcance do respectivo objetivo. Todos os indicadores funcionam de acordo com a mesma escala, variando de 0 a 3 pontos. O zero corresponde ao grau nulo de alcance do objetivo, enquanto o três corresponde ao pleno alcance do aspecto analisado.

Desta forma, o resultado global da avaliação de 1120 áreas protegidas é visua-

lizado através do gráfico de radar, que apresenta a média obtida por cada indicador, conforme página seguinte.

Além dos indicadores, para comunicar o resultado das avaliações em um nível mais consolidado, criou-se um índice de implementação para cada área protegida. O resultado dos índices permite classificar a gestão das APs em três faixas: vermelho, amarelo e verde, correspondentes respectivamente ao nível baixo, médio e alto de implementação e de gestão.

Assim, o Indimapa serve como ferramenta de diagnóstico individualizado de cada AP e atua como mecanismo de

comunicação mais acessível dos resultados da auditoria, o que permitirá aos diversos atores envolvidos o monitoramento da evolução da gestão desses territórios.

Portanto, a aplicação do Indimapa na auditoria coordenada permitiu a sistematização das informações geradas pe-

las 12 EFS em um único documento. Essa sistematização fornece um panorama da política pública para a conservação da biodiversidade na América Latina, servindo de subsídio para auxiliar o processo de tomada de decisão que vise aprimorar a governança ambiental.

A seguir são apresentados os mapas da América Latina e dos 12 países com os resultados da aplicação do Indimapa na auditoria coordenada.

Resultado

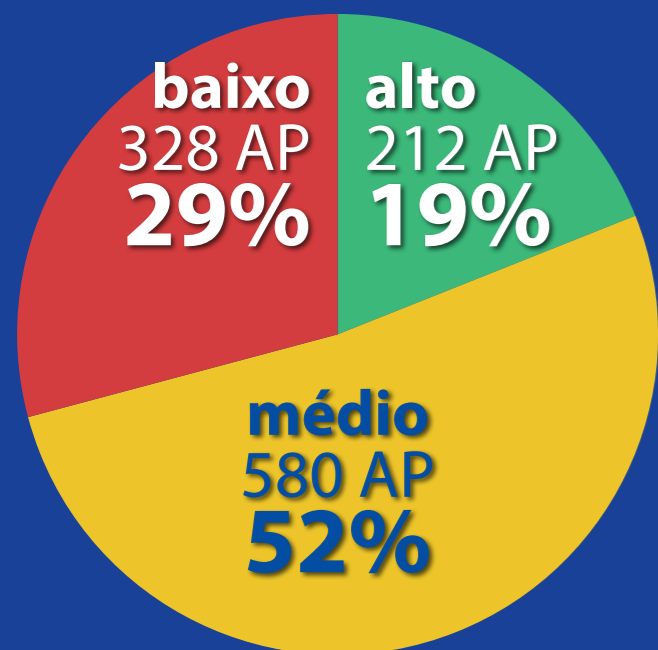
Indicadores		
G	1,30	Plano de manejo
H	1,65	Recursos humanos
\$	1,38	Recursos financeiros
E	1,71	Estrutura administrativa
T	1,55	Consolidação territorial
F	1,67	Fiscalização ambiental
P	1,46	Pesquisa
B	1,06	Monitoramento dbiodiversidade
C	1,18	Conselho gestor
M	1,37	Manejo comunitário
U	0,91	Uso público
N	1,43	Concessão
L	0,89	Articulação na área protegida



Bacia do Lago Yojoa, Área de uso múltiplo, Honduras. Suseisekiryu. Domínio público.

INDIMAPA 2014 AMÉRICA LATINA

índice de implementación e gestão



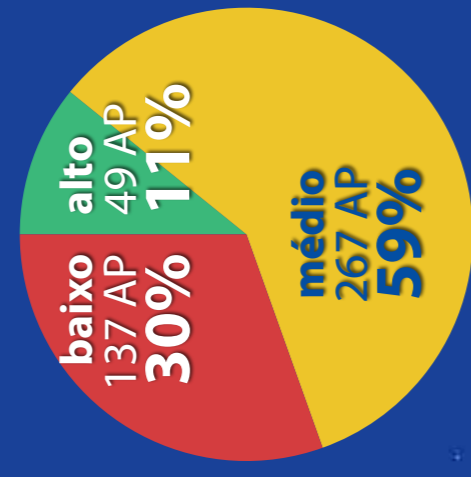
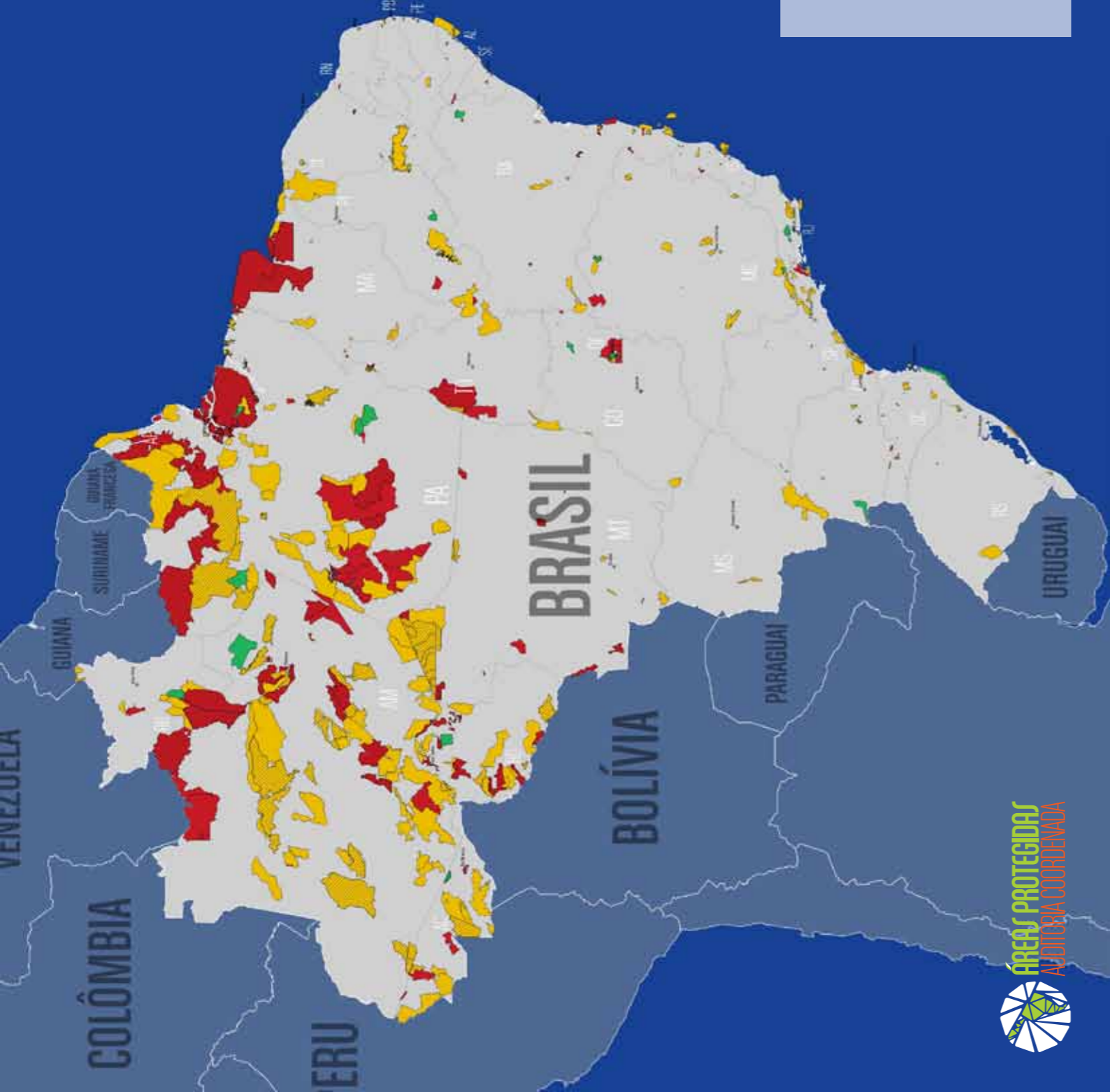
1120 AP



INDIMAPA 2014

índice de implementação e gestão

BRASIL



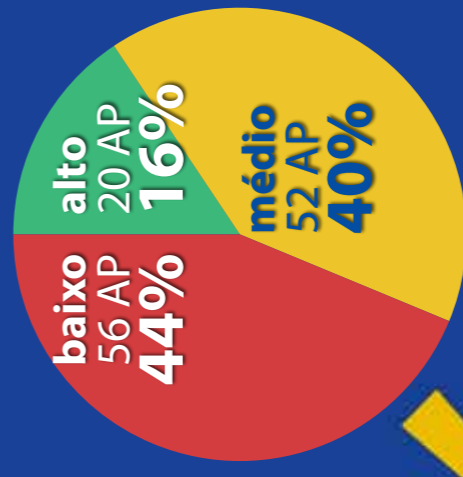
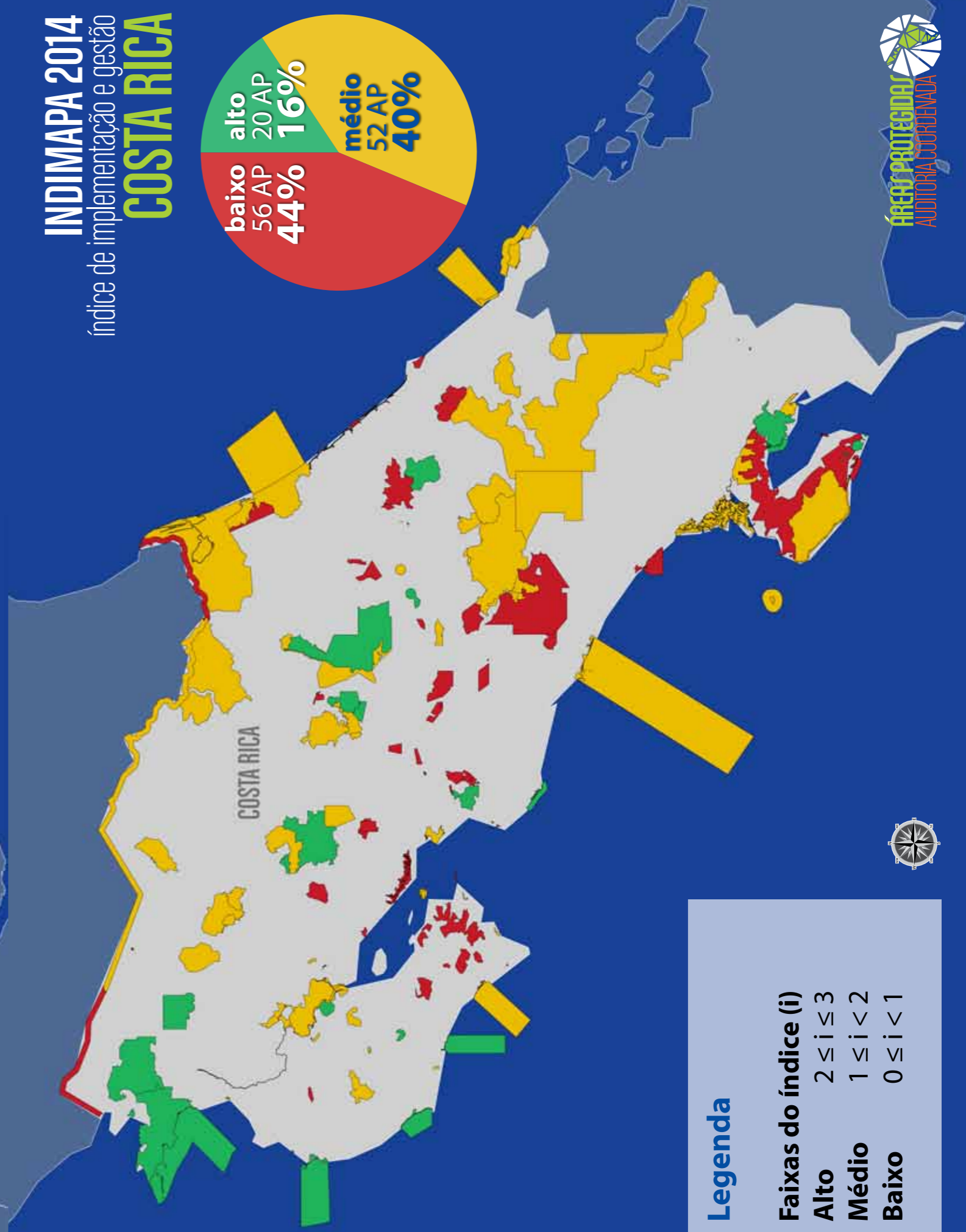
Legenda

Faixas do índice (i)	
Alto	$2 \leq i \leq 3$
Médio	$1 \leq i < 2$
Baixo	$0 \leq i < 1$

INDIMAPA 2014

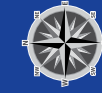
índice de implementação e gestão

COSTA RICA



Legenda

Faixas do índice (i)	
Alto	$2 \leq i \leq 3$
Médio	$1 \leq i < 2$
Baixo	$0 \leq i < 1$



INDIMAPA 2014

índice de implementação e gestão

EQUADOR

Legenda

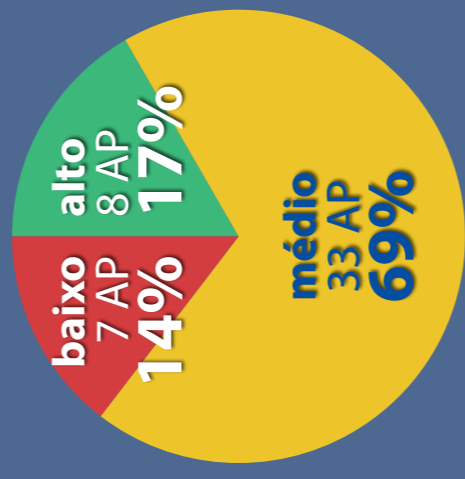
Faixas do índice (i)

Alto	$2 \leq i \leq 3$
Médio	$1 \leq i < 2$
Baixo	$0 \leq i < 1$



EQUADOR

Foram avaliadas 44 áreas protegidas do Equador. No entanto, algumas dessas áreas possuem mais de uma administração, razão pela qual foram avaliadas 48 administrações.



INDIMAPA 2014

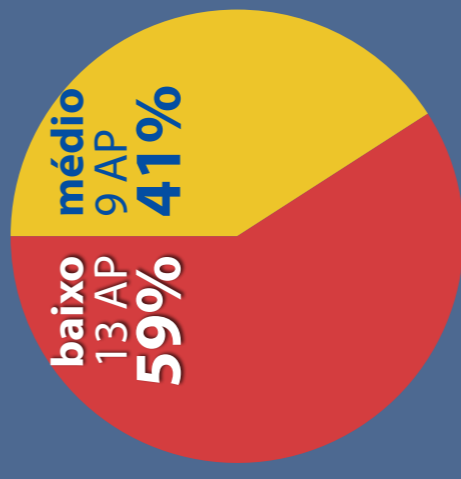
índice de implementação e gestão

EL SALVADOR

Legenda

Faixas do índice (i)

Alto	$2 \leq i \leq 3$
Médio	$1 \leq i < 2$
Baixo	$0 \leq i < 1$



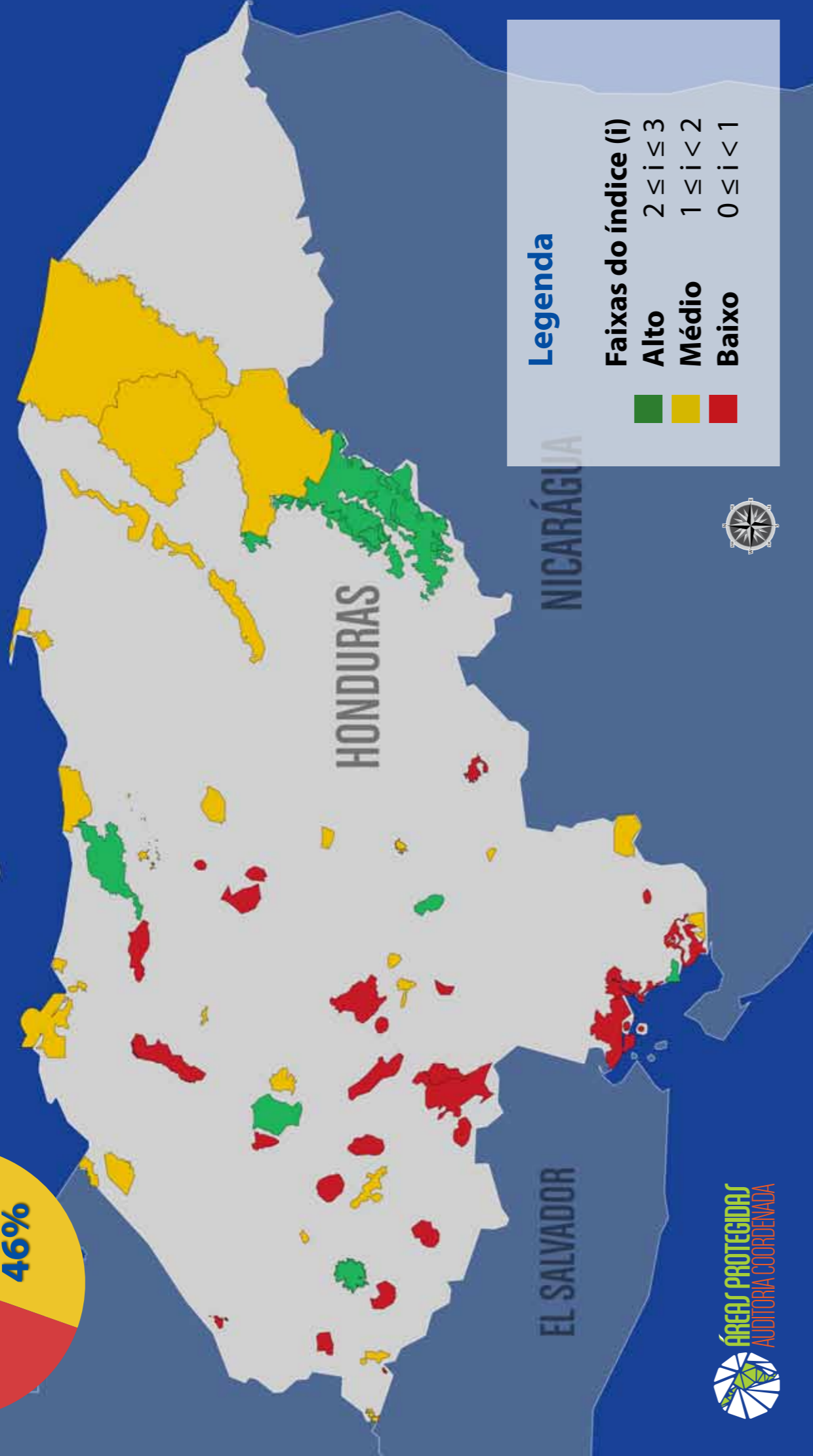
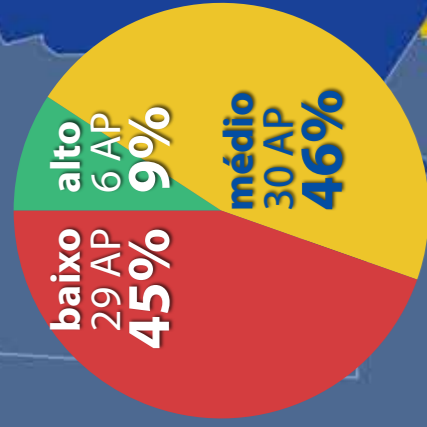
EL SALVADOR



INDIMAPA 2014

índice de implementação e gestão

HONDURAS



Legenda

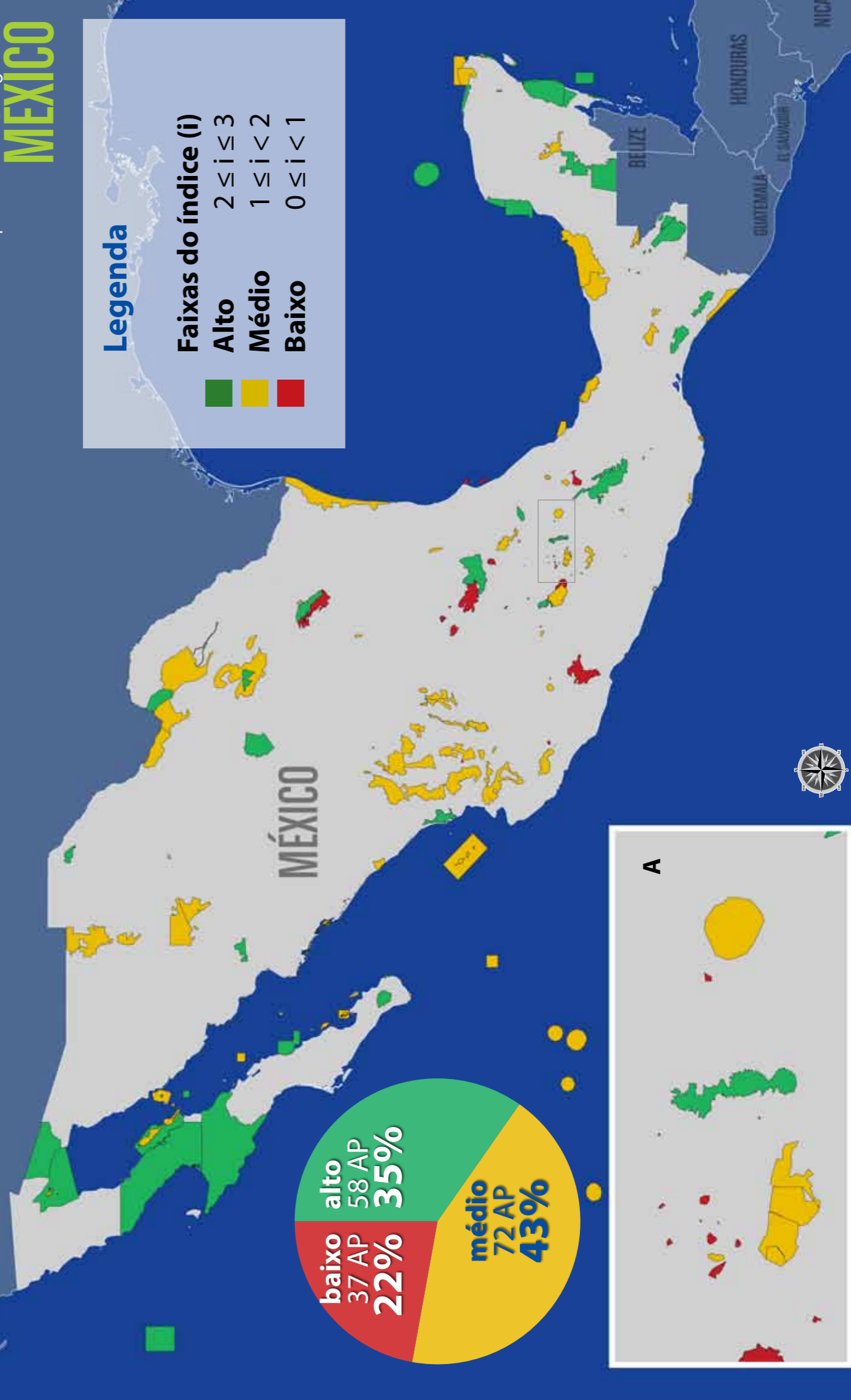
Faixas do índice (i)	
Alto	$2 \leq i \leq 3$
Médio	$1 \leq i < 2$
Baixo	$0 \leq i < 1$



INDIMAPA 2014

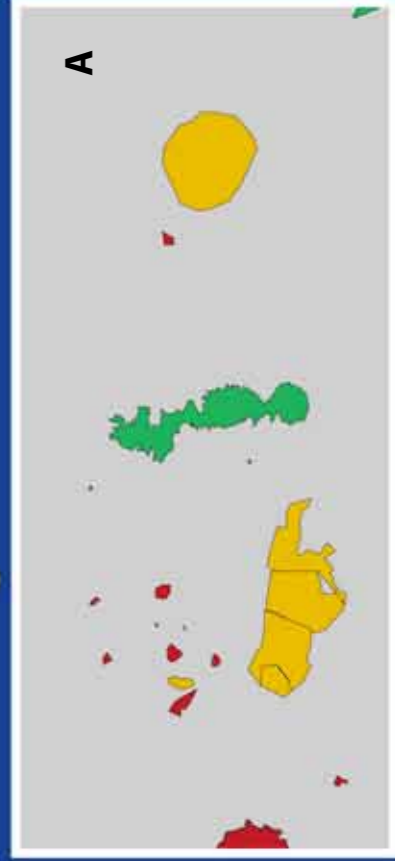
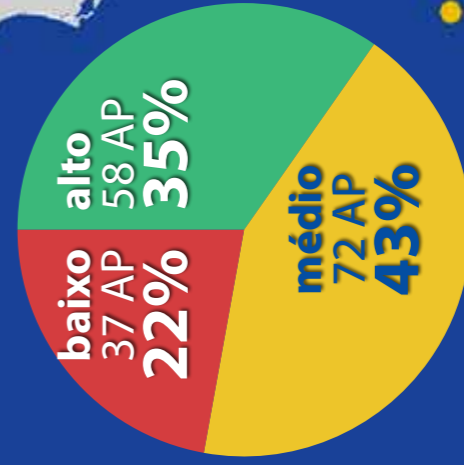
índice de implementação e gestão

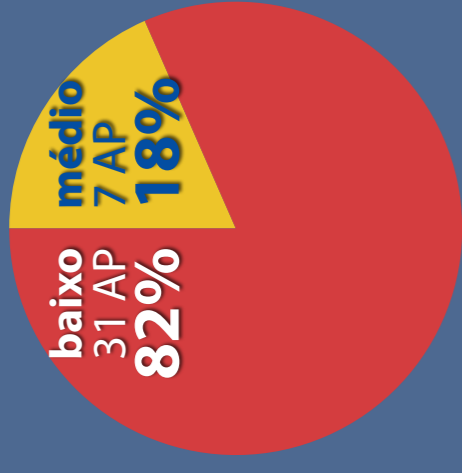
MÉXICO



Legenda

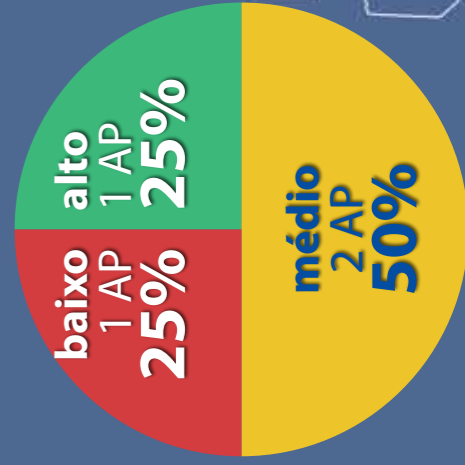
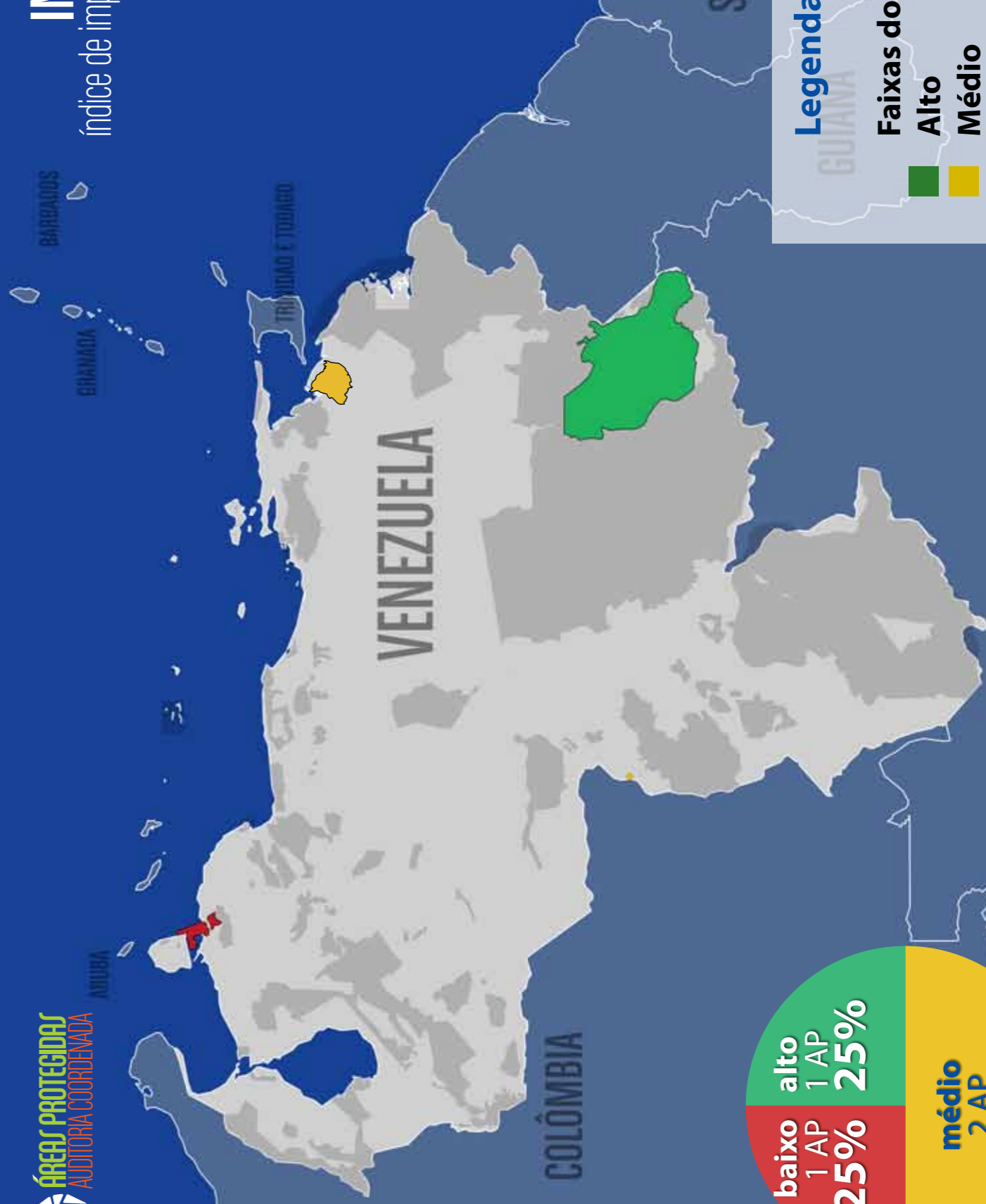
Faixas do índice (i)	
Alto	$2 \leq i \leq 3$
Médio	$1 \leq i < 2$
Baixo	$0 \leq i < 1$





Legenda

Faixas do índice (i)	
Alto	$2 \leq i \leq 3$
Médico	$1 \leq i < 2$
Baixo	$0 \leq i < 1$



Legenda

Faixas do índice (i)	
Alto	$2 \leq i \leq 3$
Médico	$1 \leq i < 2$
Baixo	$0 \leq i < 1$

INDIMAPA 2014

índice de implementação e gestão

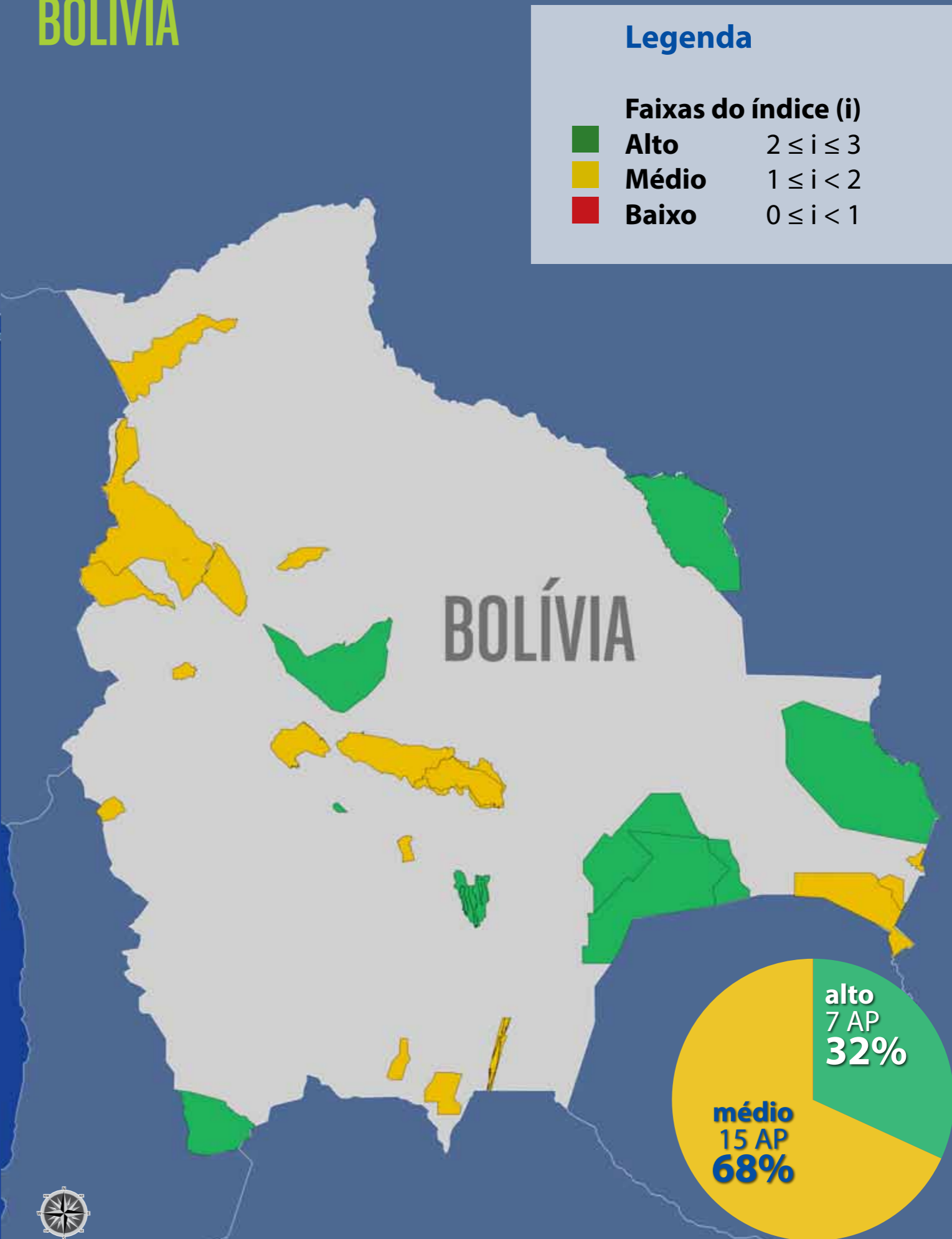
ARGENTINA



INDIMAPA 2014

índice de implementação e gestão

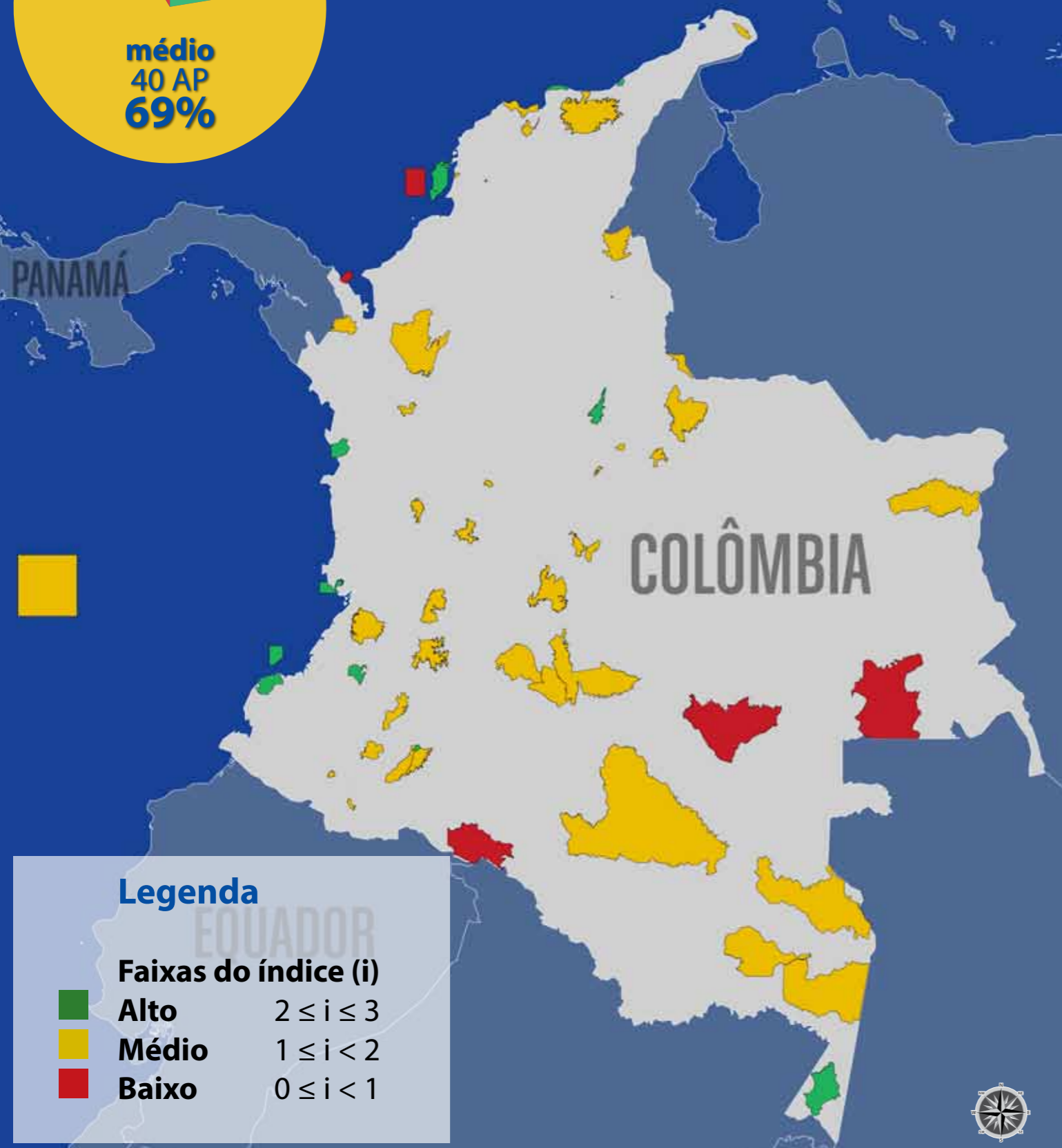
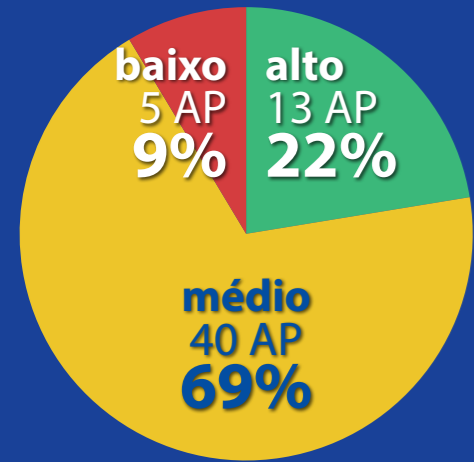
BOLÍVIA



INDIMAPA 2014

índice de implementação e gestão

COLÔMBIA



Legenda

Faixas do índice (i)

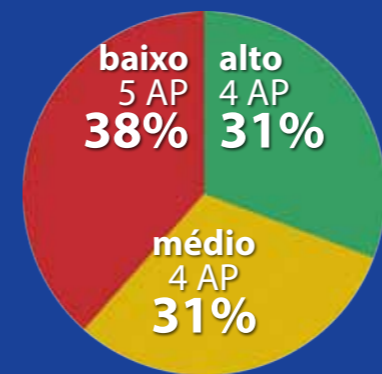
■ Alto	$2 \leq i \leq 3$
■ Médio	$1 \leq i < 2$
■ Baixo	$0 \leq i < 1$

INDIMAPA 2014

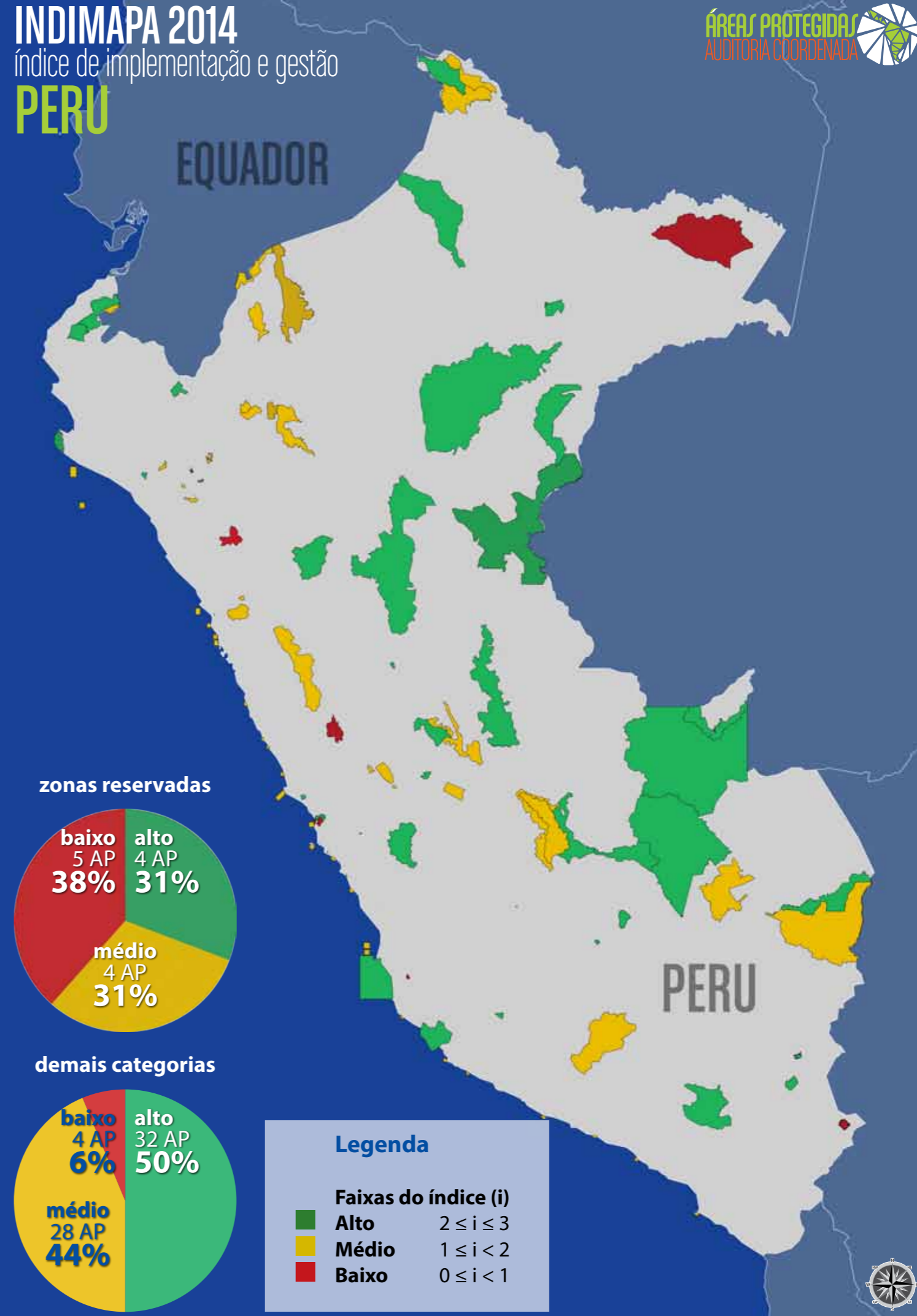
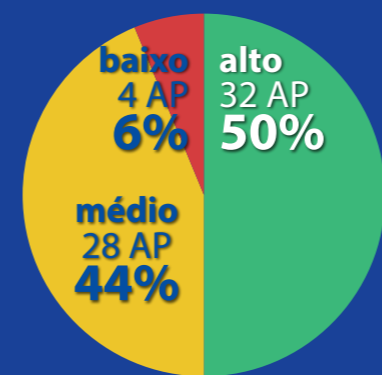
índice de implementação e gestão

PERU

zonas reservadas



demais categorias



Legenda

Faixas do índice (i)

■ Alto	$2 \leq i \leq 3$
■ Médio	$1 \leq i < 2$
■ Baixo	$0 \leq i < 1$

Conclusão

Parque Nacional de Torotoro, Bolívia. Gaumut. (CC - BY SA)

As áreas protegidas fazem parte da estratégia internacional de conservação da biodiversidade e compõem parcela significativa do patrimônio público ambiental da humanidade.

Portanto, a Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (CDB) estabeleceu que os 193 países, signatários do acordo, devem até 2020 proteger pelo menos 17% de áreas terrestres e 10% de áreas marinhas, por meio de sistemas de áreas protegidas que contem com gestões eficientes.

Nesse contexto, as Entidades de Fiscalização Superior (EFS) de 12 países da América Latina, ao analisar o cumprimento do compromisso internacional, avaliaram 1120 áreas protegidas nacionais, o que permitiu a elaboração de um diagnóstico inédito em nível regional a respeito da política pública de conservação da biodiversidade.

Verificou-se que a meta de proteção de áreas terrestres já foi alcançada por



Monumento Natural Yaxchilán, México. Jacob Rus. (CC - BY SA)

oito países, enquanto o percentual de proteção das áreas marinhas ainda está longe de ser atingido. Entretanto, tão importante quanto a criação dessas áreas é a necessidade de implementá-las e geri-las de forma eficiente, para que possam alcançar os objetivos para os quais foram criadas.

Assim, o resultado consolidado da avaliação das EFS demonstra que mais da metade das áreas protegidas apresenta um médio grau de implementação e gestão. Por sua vez, no mais alto grau de implementação encontram-se 19% dos territórios.

Já na faixa mais baixa de avaliação estão quase 30% das APs, o que indica a existência de fragilidades estruturais na governança das APs latino-americanas, a exemplo da:

- falta de plano de manejo em 47% das áreas avaliadas;
- ausência de gestor em 13% dos territórios;
- não realização do monitoramento da biodiversidade em 44% das APs avaliadas; e
- dificuldades na consolidação territorial, a exemplo da regularização fundiária, em 54% das áreas.

Além disso, problemas de articulação entre os atores envolvidos na gestão também contribuem para o atual grau de implementação das APs na América Latina.

Recomendações

Considerando a meta de áreas protegidas estabelecida pela CDB, e tendo em vista o quadro atual dos países avaliados, as Entidades de Fiscalização Superior (EFS) comunicaram aos Governos Nacionais o panorama encontrado e fizeram recomendações para o aperfeiçoamento da governança ambiental.

Além disso, tendo em conta o baixo grau de implementação e gestão das áreas protegidas, as EFS recomendaram que, no processo de criação e consolidação, sejam estabelecidos mecanismos que assegurem os recursos essenciais à efetiva implementação e adequada gestão

desses territórios. Também foi recomendado aos entes nacionais a definição de uma estratégia de consolidação territorial das áreas protegidas que considere os aspectos técnicos, jurídicos, sociais e ambientais envolvidos nesse processo.

Por fim, recomendou-se que os governos nacionais fomentem ações de articulação local, institucional e não-governamental, considerando a transversalidade do tema áreas protegidas e a necessidade de melhoria da governança ambiental.

Benefícios esperados

Com o cumprimento das recomendações das Entidades de Fiscalização Superior (EFS), espera-se que os atores interessados promovam, de maneira articulada, as medidas necessárias para incrementar o aproveitamento do potencial econômico, social e ambiental das áreas protegidas latino-americanas, de forma a garantir o cumprimento dos objetivos de conservação.

Nessa linha, é esperado também que as áreas protegidas, se bem geridas, contribuam para o desenvolvimento econômico e socioambiental por meio de atividades como o turismo e a pesquisa científica, ao mesmo tempo em que continuem com seu papel relevante na conservação da biodiversidade.

A partir da auditoria coordenada, a sociedade e as EFS poderão acompanhar a evolução na gestão das áreas protegidas latino-americanas, cobrando dos responsáveis o aperfeiçoamento da governança nesse patrimônio ambiental.

Por fim, as Entidades de Fiscalização Superior, ao promoverem avaliações conjuntas, fomentam o cumprimento dos acordos internacionais e estimulam o aperfeiçoamento da gestão ambiental em direção ao desenvolvimento sustentável.

Agradecimentos

A participação efetiva e o auxílio mútuo dos atores envolvidos foram fundamentais para viabilizar a realização da auditoria coordenada nas áreas protegidas da América Latina. Além disso, o sucesso de trabalho com tamanha magnitude se deve à dedicação das equipes de auditoria nas diversas etapas da fiscalização.

Cabe destacar o apoio recebido da Agência Alemã para a Cooperação Internacional – *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ) – que contribuiu para o bom andamento dos trabalhos. Também é preciso reconhecer a colaboração dos órgãos ambientais que disponibilizaram dados e vislumbraram, na realização deste trabalho, uma oportunidade de aperfeiçoamento das ações de conservação e preservação do meio ambiente.

Por último, este trabalho se dirige a todos que, cientes da relevância das áreas protegidas para o meio ambiente saudável, acreditam na conciliação da proteção da biodiversidade com o desenvolvimento sustentável.

Coordenação

BRASIL



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Marcos Bemquerer Costa (Ministro Relator)
Junnius Marques Arifa (Secretário)
Fernando Antônio Dorna Magalhães (Supervisor)
Carlos Eduardo Lustosa da Costa (Coordenador)
Dashiell Velasque da Costa
Hugo Chudyson Araújo Freire
Marcelo Orlandi Ribeiro

PARAGUAY



CONTRALORÍA GENERAL
DE LA REPÚBLICA

Arnaldo Andrés Acosta Melgarejo (Diretor Geral, Coordenador)
Alberto Federico Palacios Chenu (Diretor de Área, Supervisor)
Roberto José Penayo Martí (Chefe de Equipe de Auditoria)
Carlos Daniel Amarilla Paniagua
Iván Gabriel Balmori Rodríguez
Jorge Enrique Paredes Benítez
Paola Analía Gómez Vanni

Participantes

ARGENTINA

Auditoría General de la Nación

Guarido Julio Cesar
Gainza María Andrea
Guma María Victoria
Avellaneda María Silvina
De Bernardis Agustina
Modolo Cristian
Moreno Aybar Karen Luz
Padilla Juana Mabel
Picasso Paula
Stupenengo Alejandra
Skueider Sebastián

BRASIL

Tribunal de Contas da União

Carlos Eduardo Lustosa da Costa
Dashiell Velasque da Costa
Hugo Chudysen Araújo Freire
Marcelo Orlandi Ribeiro
Alberto de Sousa da Rocha Júnior
José de Ribamar R. Siqueira Júnior
Cristiano Guimarães Zola
Eduardo Martins Filho
Carlos Antônio da Conceição Júnior
Vitor Gonçalves Pinho
Ana Lígia Lins Urquiza
Fernando Castelo Branco Craveiro
Cássio Delponte Vidal
Edson Navarro Tasso
Marco Antonio Gomes da Silva
Lineu de Oliveira Nóbrega
Welledyson Anaximandro W. N. Vieira

BOLÍVIA

Contraloría General del Estado Plurinacional

Roberto Edgar Pérez Canepa
Claudia Verónica Aillón Crespo

COLÔMBIA

Contraloría General de la República

Olga del Pilar Andrade Medina
Jesús Antonio Mena Rodríguez
Diana Carolina Bermudez Cárdenas
Diana Lorena Rojas Blanco
Javier Montoya Ortiz
Otto Reyes García

COSTA RICA

Contraloría General de la República

Lilliam Marín Guillén
María Eugenia Jiménez Morúa
Carolina Retana Valverde
Susana Alpizar Barrantes
Raquel Vargas Moya
Vanessa Pacheco Acuña
Ronald Mena Fallas

EQUADOR

Contraloría General del Estado

Jenny Alexandra Abad Suárez
Alex Ulises Fabián Campana Vargas
Kharen Khatiuskha Ponce Vera
Germán Ayala Samaniego
Alexandra Armijos Cortez
Andrea Maldonado Villalba
Viviana Guzmán Pillajo
Jaime Chérrez Astudillo
Marco Terán Santamaría
Renato García
Carlos Naranjo López
Gino Cevallos Andrade
Luis Enrique Moral González
Wilson Lafuente Díaz
Vinicio González Falcón
Esteban Cevallos Torres
Andrea Mancheno Gualpa
Marcelo Encalada Ochoa
Gustavo Cordero Ortiz
Jorge Correa Conde
Sergio Apolo Chamba
Guillermo Vélez Centeno
Sandra López Sánchez

EL SALVADOR

Corte de Cuentas de la República

Juan Francisco Castillo Domínguez
Lilian María Portillo Garciaguirre

HONDURAS

Tribunal Superior de Cuentas

Jonabelly Vanessa Alvarado
Hernán Roberto Bueso Aguilar
Lourdes Lorena Rivera Rodríguez
Francisco Edgardo Tercero
María Teresa Cerna Guillén
Oscar Armando Fajardo

MÉXICO

Auditoría Superior de la Federación

Carlos Epifanio Zacatenco Cruz
Ruben Medina Estrada

PARAGUAI

Contraloría General de la República

Arnaldo Andrés Acosta Melgarejo
Alberto Federico Palacios Chenu
Roberto José Penayo Martí
Carlos Daniel Amarilla Paniagua
Iván Gabriel Balmori Rodríguez
Jorge Enrique Paredes Benítez
Paola Analía Gómez Vanni

PERU

Contraloría General de la República

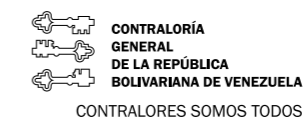
Carlos Vargas Mas
Sandra Oré Fuentes Rivera
Luis Castillo Torrealva
Carlos Satalaya Rengifo
Giuliana Zamora Velazco
Carlos Rivero Morales
Judith Hernández Rodríguez
Jorge Manrique Vela

VENEZUELA

Contraloría General de la República Bolivariana de Venezuela

Manuel Felipe López Gutiérrez
Rómulo Iván Betancourt Benítez

Participação



Apoio



PRESIDENTE DA OLACEFS

Aroldo Cedraz de Oliveira

COORDENAÇÃO GERAL

Tribunal de Contas da União
Secretaria Geral de Controle Externo
Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente

RESPONSABILIDADE PELO CONTEÚDO

Tribunal de Contas da União
Secretaria Geral de Controle Externo
Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente

PROJETO GRÁFICO, CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Tribunal de Contas da União
Secretaria Geral de Controle Externo
Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente

REVISÃO DA TRADUÇÃO

Tribunal de Contas da União
Secretaria Geral da Presidência do TCU
Secretaria de Relações Internacionais

RESPONSABILIDADE EDITORIAL

Tribunal de Contas da União
Secretaria Geral da Presidência do TCU
Secretaria de Comunicação
Núcleo de Criação e Editoração

PRESIDÊNCIA DA OLACEFS

Tribunal de Contas da União
Setor de Administração Federal Sul - SAFS
Quadra 4, Lote 1
CEP 70042-900
Brasília - DF - Brasil
Tel.: +55 61 3316-5483
www.tcu.gov.br

SEDE E SECRETARIA EXECUTIVA DA OLACEFS

Controladoria Geral da República do Chile
Teatinos N° 56 - 78
Código Postal 8340521
Santiago de Chile - Chile
Tel.: +56 2 2402-1329
www.contraloria.cl

OLACEFS

ORGANIZACIÓN LATINOAMERICANA Y DEL CARIBE
DE ENTIDADES FISCALIZADORAS SUPERIORES

A Olacefs é um organismo autônomo, independente e apolítico, criado como uma organização permanente que se encarrega de cumprir funções de pesquisa científica especializada e desenvolver atividades de estudo, capacitação, especialização, assessoria e assistência técnica, formação e coordenação a serviço de seus membros, com o objetivo de fomentar seu desenvolvimento e aperfeiçoamento.

www.olacefs.com

Parque Nacional Los Volcanes, El Salvador, José Fernández, Domínio público.



A Comissão Técnica de Meio Ambiente (COMTEMA) foi criada em novembro de 1998, durante a VIII Assembleia Geral Ordinária da OLACEFS com o objetivo de propiciar a realização de auditorias ambientais pelas EFS membros da OLACEFS.

www.comtema.org

Salto Cristal, Parque Nacional Yvykúri, Paraguai. Jpaniaguaiacomich, (CC-BY-SA)